

DIFUSÃO DE CONHECIMENTO, MOBILIZAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA ADOÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE SANEAMENTO DA BAHIA.

Rubem Castro Neves⁽¹⁾

Doutor em Difusão do Conhecimento - Universidade do Estado da Bahia. E-mail: rneves@uneb.br

José Cláudio Rocha⁽²⁾

Doutor em Educação - Universidade do Estado da Bahia. E-mail: jrocha@uneb.br

Núbia Moura Ribeiro⁽³⁾

Doutora em Química - Instituto Federal da Bahia. E-mail: nubia@ifba.edu.br

RESUMO

Esta pesquisa foi realizada entre os anos de 2013 e 2014 com base em intervenções feitas durante o ano de 2010. Está relacionada com a difusão de conhecimento, mobilização social e educação ambiental para adoção da política pública do Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento da Bahia (PEAMSS Bahia). Teve por objetivo estudar, a partir das intervenções feitas por este programa, como a difusão de conhecimentos, a mobilização social e a educação ambiental podem influenciar a adoção da política pública de saneamento no âmbito do PEAMSS Bahia. Está embasada principalmente nas teorias de difusão de inovação, de mobilização social e da educação ambiental crítica. A pesquisa se constituiu em um Estudo de Caso. Os instrumentos de coleta envolveram grupo focal, questionário, observação direta e análise de documentos. Os resultados dessa investigação associados às teorias pertinentes indicaram que a difusão e o uso do conhecimento ocorreram de uma forma bastante pessoal e em um círculo muito fechado em que as mudanças de atitudes estão mais relacionadas com o indivíduo que o coletivo. A ausência do poder público local foi negativa para o sucesso das intervenções e a mobilização social não se efetivou de forma plena.

PALAVRAS-CHAVE: Saneamento, Mobilização social, Difusão de conhecimento.

INTRODUÇÃO

A partir de um aparato legal amplo que trata da questão ambiental atrelado aos princípios e premissas apresentados pela Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445, de 2007), foi idealizado pelo Ministério das Cidades, através da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, o Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento, conhecido como PEAMSS (BRASIL, 2009).

Com o objetivo de orientar o trabalho do Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (PEAMSS) no Brasil através de grupos e instituições que atuam ou venham a atuar em projetos socioambientais envolvendo educação ambiental e saneamento, o Ministério das Cidades elaborou um documento com a participação do Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Educação, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Saúde por meio da FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) e FIOCRUZ (Fundação Osvaldo Cruz), e da Caixa Econômica Federal. Neste documento, a educação ambiental é ressaltada como uma promissora possibilidade de atuação que busca, por meio de ações articuladas através de intervenções, promover a emancipação e o empoderamento dos atores sociais envolvidos e, com isso, despertar o protagonismo popular na condução das transformações esperadas de forma que se consolidem como ações continuadas (BRASIL, 2009).

Nesse sentido, a Bahia surge como pioneira em 2010, seguindo a linha nacional do Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (PEAMSS), implementando, através de um projeto piloto, o seu próprio programa em 13 municípios do Estado, alvo desta pesquisa. Tal projeto surgiu a partir de uma parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia (SEDUR); da Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA); da Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Econômico, Sociocultural e Ambiental (FUNDESF) e da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), fazendo parte das ações do programa “Água Para Todos”, por meio do qual, o Governo do Estado da Bahia promove intervenções nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário (PEAMSS, 2009).

De cada uma das treze unidades regionais da EMBASA foi escolhido um município representativo avaliado tecnicamente como crítico sob o ponto de vista do abastecimento de água e esgotamento sanitário, critério utilizado pela

EMBASA para seleção dos treze municípios, sendo selecionados os seguintes: Cícero Dantas, Formosa do Rio Preto, Teofilândia, Seabra, Morro do Chapéu, Coronel João Sá, Uauá, Rafael Jambeiro, Palmas de Monte Alto, Iramaia, Camamu, Encruzilhada e Ibirapua (PEAMSS, 2009).

A primeira fase do PEAMSS Bahia foi desenvolvida em 2010. A EMBASA montou um escritório em cada um dos municípios com infraestrutura incluindo internet, uma equipe fixa formada por um coordenador local e dois auxiliares. Foram formados diversos grupos de voluntários nos treze municípios, na sua maioria, representantes de associações, sindicatos, órgãos públicos locais e lideranças diversas. Tiveram uma participação direta na execução do PEAMSS, participando das reuniões de planejamento e ação, convocando a comunidade a participar dos eventos e fazendo as interlocuções com o poder público. Durante o ano de 2010, tais grupos receberam um pacote de informações por meio de diversos cursos, oficinas de tecnologias sociais e palestras no âmbito da Educação Ambiental, incluindo Educomunicação, Legislação ambiental e Saneamento.

Essa pesquisa foi apresentada ao doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento da universidade federal da Bahia e seus parceiros, tem por base, experiências no campo das questões ambientais; reflexões desenvolvidas a respeito do tema através de leituras; orientações acadêmicas na área ambiental; participação em projetos comunitários de educação ambiental; disciplinas cursadas na área ambiental e ministradas ao longo da carreira docente; e, principalmente, a experiência vivida em 2010 na supervisão do PEAMSS no município de Rafael Jambeiro/BA.

Envolver comunidades em uma política pública é o óbvio, conforme o próprio conceito de política pública, que, de acordo com Rocha (2009, p.68), deve considerar “se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público ou procedido de tal forma que todos possam ter igual acesso às informações”. Mas a prática dessa política no PEAMSS, envolvendo conhecimentos sobre educação ambiental e mobilização social com o intuito do empoderamento dessas comunidades, faz do tema um desafio.

A educação ambiental tratada nesta pesquisa tem como referência uma educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória, por esta razão, é também inovadora, tendo como estratégias a difusão de conhecimentos e a mobilização social. Assim, nosso referencial teórico, no que diz respeito à educação ambiental, se baseia na corrente de pensamentos defendida por Layrargues (2009) e diversos autores que converge para essa educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória. Como referência para política pública, consider-se o conceito defendido por Rocha (2009), segundo o qual toda e qualquer ação do Estado é considerada uma política pública. Com relação à inovação e difusão, nosso referencial está centrado na teoria de difusão de inovação de Rogers (2003). A mobilização social está embasada na corrente defendida por Toro e Werneck (2004).

Cumprir à educação ambiental crítica, conforme diversos autores, fomentar processos libertadores e democráticos que impliquem no aumento do poder das pessoas através do conhecimento, mobilização e politização, fortalecendo, de acordo com Layrargues (2009), sua resistência à dominação capitalista do ambiente e de suas vidas.

No processo de decisão de adoção de uma inovação, segundo o modelo de Rogers (2003), o indivíduo passa do primeiro momento em que toma conhecimento da inovação, até sua aprovação ou rejeição. Este processo envolve cinco estágios: o primeiro é o **conhecimento**, que ocorre quando o indivíduo é exposto à inovação e compreende como ela funciona; o segundo é a **persuasão**, que ocorre quando esse indivíduo desenvolve uma atitude favorável ou desfavorável com relação à inovação; o terceiro é a **decisão**, que ocorre quando há o engajamento do indivíduo em atividades que levam a uma escolha para aprovar ou rejeitar a inovação; o quarto é a **implementação**, que ocorre quando o indivíduo decide adotar a inovação e ela é colocada em uso e; por fim, o quinto é a **confirmação**, que ocorre quando um indivíduo procura reforços para a decisão de adoção já feita, mas também pode reverter o processo se encontrar mensagens conflitantes sobre a inovação.

De acordo com Toro e Werneck (2004, p.13), “a mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos”, onde são identificadas quatro dimensões básicas: **o imaginário**, com um propósito atrativo e convocante; **o campo de atuação**, que pode ser o local de trabalho, a escola ou qualquer ambiente de atuação; **a coletivização**, que é o sentimento e a certeza de que aquilo que está sendo feito em um determinado campo de atuação está também sendo feito por outros de uma mesma categoria e; **o acompanhamento de resultados**, onde sejam identificados critérios e indicadores que permitam a cada pessoa saber se seu entorno e se todo o campo de ação do movimento está mudando na direção desejada.

Com a problematização do tema tratado na pesquisa que gerou este artigo, surgiram vários questionamentos, mas o foco do artigo está em descrever como a difusão de conhecimentos, a mobilização social e a educação ambiental podem influenciar a adoção da política pública de saneamento no âmbito do PEAMSS Bahia. Na busca de respostas a esta questão, a revisão da literatura procurou contemplar todas as categorias envolvidas e, ainda assim, lacunas a serem

preenchidas sempre haverá, com possibilidades de outras pesquisas que venham somar-se com novas respostas e aprimoramento daquelas que foram aqui encontradas.

Portanto, a realização da pesquisa que gerou este artigo emergiu das intervenções feitas através do PEAMSS Bahia 2010, beneficiando-se do aporte de recursos utilizados durante seu financiamento, o que foi determinante para estabelecer as condições e criar os eventos que propiciaram a investigação atual.

OBJETIVOS

Geral: Verificar como a difusão de conhecimentos, a mobilização social e a educação ambiental podem influenciar a adoção da Política Pública do PEAMSS Bahia.

Específicos:

- Identificar os elementos que influenciaram na assimilação e difusão de conhecimentos, na mobilização social e nas mudanças de atitudes da população através do PEAMSS;
- identificar os canais que mais contribuiram para a difusão de conhecimentos no âmbito do PEAMSS;
- descrever como a população, através da difusão de conhecimentos, da mobilização social e da educação ambiental, reagiu à adoção da política pública do PEAMSS;
- Propor medidas que possam contribuir com novas intervenções do PEAMSS.

METODOLOGIA

O percurso metodológico foi orientado pela abordagem qualitativa com aspectos quantitativos, envolvendo a obtenção de dados predominantemente descritivos. No entanto, foi utilizada uma análise através da estatística descritiva em parte dos dados através de um questionário com a escala Lickert, para elucidar algumas questões. A pesquisa se constituiu em um Estudo de Caso. Os instrumentos de coleta foram variados com ênfase no grupo focal, além do questionário com a escala Lickert, a observação direta, a análise de documentos do PEAMSS e bibliografia específica. A análise principal dos dados foi a partir da construção da explanação com triangulação dos dados.

Definido o Estudo de Caso como método e o PEAMSS como o caso, optou-se pela modalidade de um “Estudo de Caso Único” com três unidades integradas de análise. Considerando o universo dos treze municípios envolvidos, e excluindo Rafael Jambeiro devido ao vínculo do pesquisador com esse município, foram escolhidos os três municípios com ex-coordenadores residentes na sede e disponíveis para colaborar na pesquisa: Cícero Dantas, Teofilândia e Uauá, considerados na mesma situação de acordo com o critério adotado pela EMBASA (PEAMSS, 2009).

Para responder a questão central do estudo de caso e atender aos objetivos propostos, foram observados os seguintes eventos: informações e conhecimentos adquiridos, ações e comportamentos pessoais, a emancipação individual, ações e comportamentos coletivos, emancipação coletiva, ações do poder público local, canais de difusão do conhecimento e mudança de atitudes.

Os documentos utilizados para análise foram formados pelo relatório geral do PEAMSS, convênio 123/2009 com a minuta para execução do projeto, vídeo final do PEAMSS e caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento.

A análise principal dos dados foi a partir da construção da explanação. Como utilizou-se quatro fontes de evidências (grupos focais, questionários, observações diretas e documentos), a análise a partir da triangulação dos dados colhidos foi uma ferramenta essencial para avaliar os eventos do estudo. Para tanto, a confecção das questões do questionário e do roteiro do grupo focal guarda uma relação entre si de modo que as informações colhidas em ambos puderam ser convergidas, em muitos casos, para corroborar os resultados. Da mesma forma, pretendeu-se buscar na observação direta e análise dos documentos, a mesma convergência. Embora articuladas, cada uma dessas técnicas de coleta dos dados foram projetadas com propósitos específicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, estão expostas as análises e a discussão dos resultados, organizadas a partir dos dados colhidos. Cada uma das fontes apresenta uma subdivisão conforme sua especificidade. Os questionários foram analisados por estatística descritiva. No grupo focal foi feita uma discussão por questões do roteiro. Entre os documentos, foram escolhidos os quatro mais importantes para análise. A observação direta buscou os aspectos físicos e abordagens informais a algumas pessoas do município.

QUESTIONÁRIOS

Os dados quantitativos brutos colhidos foram analisados levando em consideração o ranque médio das respostas obtidas e as associações encontradas entre essas respostas. Esses dados resultaram em informações relevantes, mas como já esperado, não foram suficientes para compreender e explicar algumas questões, os contextos, o sentido, e a crítica intersubjetiva que não conseguem se expressar em números.

Na primeira questão do questionário foi perguntado como ficaram os conhecimentos dos respondentes sobre meio ambiente após as intervenções do PEAMSS. Notou-se que a avaliação dos conhecimentos adquiridos foi muito positiva, ficando acima da média. Além do mais, esse conhecimento adquirido, conforme Layragues (2009), pode resultar no aumento de poder das pessoas tornando-as mais aptas para a ação. Segundo Toro e Werneck (2004), o conhecimento permite que se faça uma verificação de pertinência do que estão falando ou fazendo, ainda que isso esteja ocorrendo apenas na esfera individual, como foi constatado.

Na segunda questão foi perguntado como ficaram as atitudes com relação ao meio ambiente após o PEAMSS. Ficou claro uma tendência relativamente forte para uma mudança de atitudes com relação ao meio ambiente por parte dos participantes. Este resultado envolve o processo de decisão de inovação proposto por Rogers (2003), mais precisamente, em seu estágio de implementação, em que as novas ideias são colocadas em prática.

Já a terceira questão que trata da divulgação das palestras e cursos promovidos pelo PEAMSS, vem confirmar uma boa formatação do projeto de comunicação executado para a mobilização social, conforme é defendido por Toro e Werneck (2004) e constatado nos grupos focais.

A quarta questão que trata da contribuição do poder público do município após o PEAMSS teve uma avaliação muito baixa. Este resultado vem corroborar com os constatados nos grupos focais e na observação direta, com prejuízos para a consolidação do processo de mobilização social conforme Toro e Werneck (2004) em sua quarta dimensão básica, que é o acompanhamento dos resultados.

Na quinta questão, ao serem questionados se os respondentes estão cobrando das autoridades de seus municípios as ações necessárias ao meio ambiente local, constatou-se que não houve cobranças ao poder público nem respostas das autoridades, o que não satisfaz a dimensão acompanhamento dos resultados, condição para realização do processo de mobilização social proposto por Toro e Werneck (2004).

A sexta questão buscou avaliar se o PEAMSS foi atrativo o bastante para mobilizar a comunidade em torno da questão do saneamento, revelando ter sido um evento atrativo. Este resultado corrobora com o que foi encontrado nos grupos focais e no documento referente ao vídeo final do PEAMSS, reforçando ao atendimento do propósito atrativo e convocante do imaginário, uma das dimensões básicas da teoria de mobilização social de Toro e Werneck (2004).

A sétima questão procurou avaliar a visibilidade dos benefícios do PEAMSS para o município, e o resultado revelou que esses benefícios foram moderados. Isto demonstra que o poder de observabilidade dos benefícios gerados não é tão forte. De acordo com Rogers (2003), este poder está relacionado com a rapidez em que uma inovação é perceptível para os membros de um grupo.

A oitava questão procurou avaliar a compreensão da população com relação à política pública ao questionar como o governo deve envolver a comunidade nas ações de interesse público. O resultado revelou uma compreensão de política pública condizente com o que é defendido por diversos autores, a exemplo de Rocha (2009), em que seu processo de elaboração deve ser submetido ao debate público ou procedido de tal forma que todos possam ter igual acesso às informações.

Na nona questão, ao ser perguntado se adotaria para sua vida a política de educação ambiental que foi transmitida pelo PEAMSS, houve uma forte tendência para adoção da política pública do PEAMSS ao considerar-se o indivíduo enquanto unidade de decisão. Este comportamento se vincula com a teoria de difusão de Rogers (2003), relacionado com o tipo de decisão de inovação opcional, em que o indivíduo toma a decisão em vez de manter a reprodução do sistema social, bem como, com o grau de compatibilidade que busca uma relação com valores e necessidades dos potenciais adotantes. Pode-se relacioná-lo também com a teoria de mobilização social de Toro e Werneck (2004) no que diz respeito à atratividade da causa.

GRUPO FOCAL

Algumas categorias presentes nas questões do roteiro de discussão foram previstas, outras surgiram durante as discussões nos grupos focais. Algumas foram analisadas individualmente separando as narrativas, e outras em conjunto, dado a forma como se apresentaram nas discussões. No geral ficou evidente o conhecimento adquirido sobre a política pública do saneamento e o fortalecimento da educação ambiental crítica. A ausência do poder público local foi algo enfatizado como negativo para a aquisição de conhecimentos e para as ações.

O choque quando a questão foi o confronto com o poder público dividiu o grupo, provavelmente, devido a interesses pessoais, valores costumes e normas. O uso do conhecimento ocorreu de uma forma bastante pessoal e isso vem dificultando a adoção da nova ideia em nível coletivo, no entanto, a maioria fortaleceu seus conhecimentos e habilidades, importante no processo de adoção da nova ideia. Em relação à difusão, o canal mais expressivo foi o boca-a-boca, seguidos pelo serviço de alto-falante do município e rádio local, enquanto no processo de aprendizagem predominaram as oficinas, seguidas do boca-a-boca, cursos e palestras

As mudanças de atitudes estiveram muito relacionadas com o indivíduo, a emoção, componentes cognitivos e ações práticas enquanto as narrativas apontaram para uma emancipação individual através do conhecimento, sendo que o propósito atrativo e convocante estiveram sempre presentes, satisfazendo o imaginário como condição básica da mobilização conforme Toro e Werneck (2004). No entanto, os problemas relacionados à implementação do projeto estão entrando a consolidação do processo de mobilização, o que deixa um risco iminente de descontinuidade pelo desencantamento devido à falta de concretização dos resultados.

A continuidade do projeto foi algo bastante evocado em muitas narrativas, enquanto o processo coletivo que caracteriza uma mobilização social aconteceu de forma tímida ou não aconteceu, sendo que as mudanças de atitudes estão muito relacionadas com o indivíduo, a emoção, componentes cognitivos e ações práticas.

DOCUMENTOS

Os documentos analisados demonstraram um alinhamento com a educação ambiental crítica e alguns deles revelaram uma avaliação negativa do poder público local no processo de discussão e execução das ações, sendo que todos os documentos reforçam o papel importante do poder público como Produtor Social, condição básica para a mobilização social conforme Toro e Werneck (2004).

Está claro em todos os documentos que o processo de mobilização social é essencial para adoção das novas ideias do PEAMSS, sendo que o caráter atrativo e convocante do imaginário estão bastantes presentes no vídeo e no caderno metodológico, no entanto, o processo de difusão ficou restrito ao indivíduo enquanto a mobilização não foi finalizada, indicando uma ênfase à emancipação individual, apesar de existir, por parte de cada indivíduo, uma intenção em transmitir os conhecimentos e praticarem o que aprenderam fortalecendo os conhecimentos adquiridos. Assim, se for tomado por base o conceito de mobilização social conforme preconiza Toro e Werneck (2004), não houve uma concretização dos resultados, a mobilização atendeu aos seus objetivos teóricos, mas não aconteceu em nível coletivo.

OBSERVAÇÃO DIRETA

A observação direta realizada nesta pesquisa teve como objetivo complementar as outras técnicas utilizadas; sua contribuição para a coleta de dados foi secundária. Sendo uma observação não estruturada, o planejamento, o controle e o exame dos fatos ou fenômenos foram construídos durante o processo à medida que estes apareciam. Essas observações se concentraram em alguns aspectos físicos, abordagens a pessoas do município e correlações com a literatura pertinente.

Pode ser observado que em nível de poder público local, não houve evolução no trato com as questões ambientais, ficando evidente a importância que teria esse poder público se tivesse feito seu papel de produtor social, mas as pessoas não se sentiram a vontade para falar desse assunto, demonstrando uma dependência do poder público em questões ligadas a interesses pessoais, inibindo assim as cobranças.

A adoção da nova ideia envolvendo o coletivo além do público diretamente envolvido, mal chegou a seu estágio inicial e as ações individualizadas indicaram que a difusão em nível coletivo e a mobilização social fora do círculo das pessoas que participaram do PEAMSS, foram praticamente nulas. Foram observados também problemas na implementação do projeto com prejuízos para a mobilização social. As observações de campo demonstraram a falta de mobilização para que a adoção das novas ideias fosse generalizada, observando-se a não concretização dos resultados e nenhum indício que caracterizasse um processo de mobilização social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar a difusão de conhecimento, a mobilização social e a educação ambiental no âmbito do PEAMSS BAHIA, cumprindo ao objetivo geral desta pesquisa, e pela observação dos aspectos analisados levando-se em consideração os resultados obtidos, constatou-se que esses elementos, se trabalhados corretamente, podem contribuir para a adoção da política pública proposta pelo PEAMSS Bahia e influenciar essa adoção de diversas maneiras.

Ficou bastante evidente pela pesquisa que as pessoas querem resultados concretos que só o poder público poderia proporcionar. O perigo desses resultados não serem concretizados em um médio prazo, é a geração de um desinteresse generalizado que pode levar ao fracasso de todo o processo de mobilização social e adoção da nova ideia. O que se pode

observar é que o entusiasmo atual não está alimentando, como no início, o “imaginário”, como uma das dimensões básicas do processo de mobilização social, nem o processo de decisão na adoção de uma inovação, mais precisamente, o estágio da implementação, correndo-se o risco de perder o que foi conquistado. Assim, a necessidade de continuidade dos trabalhos foi algo bastante presente nos resultados, deixando a impressão, na opinião de muitos, de um trabalho inacabado, frustrando expectativas de melhorias nos municípios.

Quando se sai do círculo das pessoas que participaram das atividades do PEAMSS, observou-se que não foram desenvolvidos um conhecimento e uma ação coletiva. As iniciativas existentes são individuais, a exemplo de ações isoladas e fortalecimento dos conhecimentos e habilidades adquiridas, o que levou-se a acreditar que o estágio de confirmação, relacionado ao processo de adoção da nova ideia, aconteceu apenas em nível individual. No entanto, a ação coletiva não foi homogeneizada e, assim, a mobilização social não foi concretizada. O conhecimento ficou restrito ao público que participou das atividades do projeto em um contingente de pessoas insuficiente para provocar mudanças significativas no sentido da consolidação do processo de mobilização social e adoção definitiva da nova ideia, o que pode demorar muito tempo para se concretizar ou até se perder.

Apesar das falhas detectadas na concepção do PEAMSS, ficou evidente a importância da valorização do sujeito através do empoderamento pelo conhecimento, ressaltando o desenvolvimento de valores e habilidades e, ao mesmo tempo, reafirmando sua condição humana de ator do processo na autogestão e controle social. Mesmo considerando os obstáculos políticos e institucionais envolvendo as esferas do poder, o PEAMSS foi e é uma proposta audaciosa enquanto estratégia para implementação da política pública de saneamento básico dos municípios.

Por fim, pode-se concluir que a desarticulação entre setores do governo com sobreposição de funções poderá levar as comunidades do PEAMSS envolvidas no projeto à descrença, transmitindo a sensação de uma causa órfã, como foi observado nos municípios. Pode-se afirmar que, até o momento, em nenhuma das unidades integradas foram observados indícios significativos de uma participação ativa da comunidade que caracterizaria uma verdadeira mobilização social e uma difusão de conhecimentos para além do público diretamente envolvido. Assim, além de novas pesquisas sobre o PEAMSS, propõe-se em nível de organização, o aperfeiçoamento do formato das intervenções, em que o poder público local não fosse apenas um colaborador, mas parte do processo, com obrigações oficiais amarradas por contratos com cláusulas específicas, como condição para participação daquele município no PEAMSS.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério das Cidades. Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. **Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento**. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.
- PEAMSS. **Minuta do projeto PEAMSS Bahia**. Salvador: EMBASA/SEDUR, FUNDESF, UNEB, 2009.
- ROCHA, J. C. **Teoria do estado democrático**: os novos mecanismos de participação popular em debate. Salvador: EDUNEB, 2009.
- LAYRAGUES, P. P. Educação ambiental como compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRAGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Orgs.). **Repensar a educação ambiental**: um olhar crítico. São Paulo: Cortez, 2009. p. 11-32.
- ROGERS, E. M. **Diffusion of innovation**. 5th. edition. New York: The Free Press, 2003.
- TOURO A., J. B.; WERNECK, N. M. D. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.